

16.12 A OSC que firmar parceria com esta SEEDF fica obrigada a apresentar as Prestações de Contas, nos termos da legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 13.019, de 2014, e suas alterações; na Lei nº 13.204, de 2015; no Decreto nº 37.843, de 2016, e na Portaria SEEDF nº 168, de 2019, sujeitando-se, ainda, se constatada irregularidade ou inadição, a suspensão da liberação e/ou devolução de recursos.

16.13 No caso de recusa ou desistência injustificada por parte da OSC ou nos casos de impedimento legal, será convocada a próxima OSC habilitada, respeitada a ordem de classificação, não ficando a SEEDF responsável por quaisquer ônus ou obrigações porventura ensejadoras de restituições e perdas e danos decorrentes da desistência, recusa ou impedimento.

16.14 A cada habilitação será disponibilizado, no sítio eletrônico oficial da SEEDF, o resultado das OSCs classificadas no Chamamento Público.

16.15 Na hipótese de o dirigente ter sido condenado na esfera cível, apresentar certidão de inteiro teor para que o setor competente da SEEDF possa analisar se existe algum comprometimento de idoneidade do dirigente para participar do presente certame.

16.16 As OSCs habilitadas serão convocadas de acordo com a necessidade da SEEDF.

16.17 Nos casos de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste certame na data marcada, ficará ele automaticamente remarcado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da Comissão de Seleção com designação de outra data.

16.18 As OSCs declaradas habilitadas por meio do presente Edital de Chamamento Público deverão manter todas as condições de habilitação vigentes e atualizadas no momento em que forem convocadas para firmar o Termo de Colaboração, bem como durante todo o período de sua execução.

16.19 Após a análise da documentação, a organização que for considerada apta a assumir a Gestão das unidades de CEPI passará a compor um Banco de Instituições Habilitadas pela SEEDF, no qual as interessadas estarão elencadas.

16.20 Após todas as OSCs escolherem e, se caso, constarem ainda unidades disponíveis na relação, retornará para a primeira instituição classificada escolher e assim sucessivamente, até que todas as unidades de CEPIS sejam contempladas.

16.21 Dúvidas e situações problemáticas em relação às quais este Edital seja omissão serão solucionadas pelo administrador público ou, se ocorridas na fase de seleção, pela Comissão de Seleção.

16.22 Os casos omissos e excepcionais serão analisados e decididos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

16.23 Para a celebração do Termo de Colaboração, a Instituição deverá abrir uma conta bancária específica, obrigatoriamente, no Banco de Brasília S/A, para recebimento e movimentação dos recursos.

16.24 Nos casos em que não for possível solução administrativa em negociação de que participe o órgão de assessoramento jurídico da Administração Pública, fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para esclarecer quaisquer dúvidas ou conflitos decorrentes da parceria.

16.25 Informações e esclarecimentos podem ser solicitados pelo e-mail: cpscp@edu.se.df.gov.br.

16.26 Qualquer pessoa poderá apresentar impugnação a este Edital, que será decidida pela Comissão de Seleção, com possibilidade de recurso ao administrador público.

16.27 Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 2012).

16.28 Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos, disponíveis no sítio eletrônico <https://www.educacao.df.gov.br/> da SEEDF:

Anexo I - Ficha de Inscrição.

Anexo II - Proposta do Plano de Trabalho.

Anexo III - Critérios de Classificação.

Anexo IV - Termo de Colaboração.

Anexo V - Cronograma do Edital de Chamamento Público XX/2022.

Anexo VI - Manual de Orientação de Execução Administrativo- Financeiro.

Anexo VII - Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Instituições Educacionais Parceiras que ofertam Educação Infantil.

Anexo VIII - Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (SEEDF/2018).

Anexo IX - Estratégia de Matrícula.

Anexo X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, Portaria nº 172, de 21 maio de 2019.

Anexo XI - Manual de Procedimentos para Atendimento à Educação Infantil - Creche.

Anexo XII - Relatório mensal de frequência.

Anexo XIII - Plano de Trabalho.

Anexo XIV - Proposta de enturmação - CEPI.

Anexo XV - Declaração de não ocorrência de Impedimentos Legais dos Dirigentes da Organização da Sociedade Civil - OSC.

Anexo XVI - Programa de manutenção dos imóveis da SEEDF.

Anexo XVII - Lista de CEPI.

Anexo XVIII - Declaração de Experiência em Gestão de Educação Infantil.

Anexo XIX - Declaração de Experiência em Gestão de CEPI.

Anexo XX - Declaração de Atendimento na Educação Infantil.

HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA

EDITAL Nº 43, DE 17 DE AGOSTO DE 2022

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

PROCESSO SEI Nº 00080-00114463/2022-83

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.394.676/0001-07, com sede no Setor Bancário Norte, quadra 02, Edifício Phenícia, Bloco C, doravante denominada Administração Pública, torna público o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 43, de 2022, visando celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO com Organização da Sociedade Civil - OSC, com Instituição Educacional credenciada, reconhecida, ou em reconhecimento, regularmente constituída, e autorizada a oferecer atendimento a Educação Infantil, cuja unidade de atendimento esteja localizada no Distrito Federal, para o atendimento em prédio próprio da OSC da oferta de Educação Infantil a crianças de 4 (quatro) meses completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso a 3 (três) anos completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso (creche) e, em caráter excepcional, de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração Pública, 4 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso e 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso (pré-escola), na primeira etapa da Educação Básica, em período de 10 (dez) horas diárias, regendo-se pelo disposto na Lei Nacional Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei nº 4.320, de 17 de março, 1964 e demais regulamentações aplicáveis à espécie, nas leis orçamentárias do Distrito Federal, na Lei Nacional no 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Distrital nº 37.483, de 13 de dezembro de 2016, na Portaria nº 168, de 16 de maio de 2019 ou ato normativo setorial vigente, e nos demais atos normativos aplicáveis.

PARTE I - CARACTERÍSTICAS DA PARCERIA

1 - OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o Chamamento Público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para, em parceria com a SEEDF, executar o que segue: a oferta e o atendimento de Educação Infantil, gratuita, em prédio próprio da OSC a crianças de 4 (quatro) meses completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso a 3 (três) anos completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso, (creche) e, em caráter excepcional, de acordo com a oportunidade e a conveniência da Administração Pública, crianças de 4 (quatro) anos completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso e crianças de 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março do ano do ingresso (pré-escola), na primeira etapa da Educação Básica, em período de 10 (dez) horas diárias, no período de até 60 (sessenta) meses, que poderão ser prorrogados, de acordo com a conveniência da Administração Pública, e nos termos da Lei nº 13.019, de 2014, e do Decreto Distrital nº 37.843, de 2016.

1.2 A parceria será formalizada mediante assinatura de Termo de Colaboração, cuja minuta está no Anexo IV deste Edital, regida pelo disposto na Lei Nacional nº 13.019, de 2014, no Decreto Distrital nº 37.843, de 2016, e na Portaria nº 168, de 2019 ou ato normativo setorial vigente.

2. RECURSOS PÚBLICOS

2.1 O valor de referência ou de teto estimado para a realização do objeto é de R\$ 156.110.964,72 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e dez mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) em empenhos distintos, respectivamente em 2023, 2024 e 2025. O valor para 2023 é de R\$ 156.110.964,72 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e dez mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) que corresponde a 12 meses com base no mínimo de crianças atendidas (13.582 crianças em total) nas parcerias com data de vigência até a data anterior ao lançamento do Edital; o valor planejado para o exercício de 2024 é R\$ 156.110.964,72 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e dez mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos); o valor planejado para o exercício de 2025 é R\$ 156.110.964,72 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e dez mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos) a depender da aprovação da LOA 2023.

2.1.1 O valor per capita a ser repassado às OSC que vierem a celebrar Termos de Colaboração com a SEEDF é de R\$ 957,83 (novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos) para cada criança, por mês, nos moldes do item 1.1, conforme ato da SEEDF.

2.2 A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária do Distrito Federal:

a - Unidade Orçamentária: 18101. SEEDF e Fundo Constitucional do Distrito Federal;

b - Programas de Trabalho: 12.365.6221.9069.0001 e 12.365.6221.9069.0002;

c - Natureza da Despesa: 335043;

d - Fonte de Recursos: 100, 101 e 103.

2.3 Nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, artigo 16, inciso I - LRF, a presente despesa tem adequação Orçamentária e Financeira com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2.4 Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

3. REPASSES

3.1 Os recursos do Termo de Colaboração serão repassados conforme o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as condições e procedimentos previstos no Decreto Distrital nº 37.843, de 2016.

4. CONTRAPARTIDA

4.1 Não será exigida a contrapartida da OSC nos termos do inciso II, do artigo 14, da Portaria SEEDF nº 168, de 2019, visto que o aporte financeiro repassado pela SEEDF abrange todos os custos para a prestação do serviço.

5. ATUAÇÃO EM REDE

5.1 Não será possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei nº 13.019, de 2014.

6. EXECUÇÃO DOS ATENDIMENTOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

6.1 A OSC que pleitear parceria deve ter por finalidade estatutária o desenvolvimento integral da criança, na faixa etária descrita no item 1.1, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

6.2 O atendimento deve estar em consonância com as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Instituições Educacionais Parceiras que ofertam Educação Infantil da SEEDF e com os critérios da Estratégia de Matrícula vigente, conforme demanda da região onde encontra-se a Instituição Educacional, sendo o encaminhamento de responsabilidade da SEEDF.

6.3 A OSC deverá garantir, na Proposta Pedagógica da instituição, estratégias previstas para acolher e atender adequadamente as crianças com necessidades educacionais especiais: pessoas com deficiência e com altas habilidades ou superdotação, com vistas à inclusão, conferindo equidade ao processo de ensino-aprendizagem.

6.4 Quando houver matrículas de crianças com deficiências ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deve-se encaminhar o laudo comprobatório à CRE/Equipe de Apoio Intermediário para análise e estudo de caso e definição de atendimento em conjunto com a Unidade Escolar, a Coordenação Regional de Ensino - CRE e a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV, conforme Estratégia de Matrícula vigente.

6.5 A OSC que atender crianças com deficiências, TEA, Altas Habilidades/Superdotação deve garantir o atendimento por profissionais capacitados ou especializados mediante programas de formação inicial e continuada para essa modalidade de ensino.

6.6 A OSC, a partir da assinatura do Termo de Colaboração, deve oferecer igualdade de condições para permanência na Unidade Educacional e atendimento educacional gratuito a todas as crianças, vedada a exigência de qualquer tipo de taxa de matrícula, custeio de material didático, material de higiene da criança, uniforme ou qualquer outra cobrança.

6.7 A OSC deve estar ciente da obrigação do cumprimento das normas vigentes, distritais e federais, assim como, no decorrer da parceria, cumprir as orientações de adequação adicionais determinadas pela SEEDF, sempre que for necessário.

PARTE II - FASE DE SELEÇÃO DA PROPOSTA

7. ETAPAS

A fase de seleção da proposta observará as seguintes etapas, seguindo o Cronograma deste Edital (Anexo V):

7.1 Entrega da Ficha de Inscrição (Anexo I) e da Proposta de Plano de Trabalho (Anexo II) no Auditório da sede da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, situada no SBN 02, Bloco C, Térreo - Edifício Phenícia, no horário: das 9h às 12h e das 14h às 17h, nas datas previstas no Anexo V deste Edital, para entrega dos envelopes lacrados (a serem numerados pela Comissão, no ato da entrega), contendo, obrigatoriamente, na parte externa e frontal, além da razão social do proponente, a seguinte especificação:

7.1.1 FICHA DE INSCRIÇÃO FÍSICA e DOCUMENTAÇÃO DIGITALIZADA (PEN DRIVE).

7.1.2 PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO.

7.1.3 A OSC proponente deverá apresentar documentação de inscrição por unidade de atendimento, devendo, necessariamente, entregar 1 (um) envelope por unidade de atendimento contendo toda a documentação descrita no item 7.1.6.

7.1.4 O envelope deverá apresentar externamente a seguinte identificação, que estará disponível no site da SEEDF:

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XX/2022.
NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
ENVELOPE Nº:

7.1.5 A documentação deve ser entregue em dois formatos: documentação física - cópia legível e autenticada e a documentação já autenticada digitalizada - por meio de dispositivo portátil de armazenamento (PEN DRIVE), junto ao conteúdo do envelope.

7.1.6 Os arquivos digitalizados devem ser distintos entre si, preferencialmente em formato Optical Character Recognition - OCR, com tamanho máximo de 20 MB cada arquivo, nomeados conforme descrição do quadro a seguir, garantindo-se o mínimo de qualidade entre o arquivo digital gerado e o documento físico original, levando-se em consideração as características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do arquivo original:

Comprovante de Endereço do Representante Legal.
Comprovante do CPF e RG.
Comprovante de Endereço da Organização da Sociedade Civil.
Comprovante do CNPJ.
Comprovante de Endereço da unidade de atendimento.
Comprovante do Credenciamento, Recredenciamento ou número do processo de recredenciamento da Unidade de Atendimento mantida pela OSC.
Proposta de Plano de Trabalho de acordo com o estabelecido no Anexo II (cópia simples)

7.1.7 Serão analisadas as inscrições de acordo com os critérios de classificação (Item 8 deste Edital), descritos no Anexo III - Critérios de Classificação.

7.2 Divulgação do resultado provisório de classificação das propostas.

7.3 Fase recursal quanto ao resultado provisório de classificação das propostas.

7.4 Divulgação do julgamento dos recursos e do resultado definitivo da classificação das propostas.

7.5 Divulgação do resultado provisório de classificação das propostas, que será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, conforme data constante do Anexo V.

7.6 Fase recursal de até 5 (cinco) dias da data de publicação, no DODF, do resultado provisório de classificação das propostas.

7.7 Divulgação do julgamento dos recursos e do resultado definitivo da classificação das propostas, publicado no DODF.

7.8 No caso de evento de força maior, que impeça a entrega da documentação de forma presencial, a SEEDF informará, no site, sobre a possibilidade de entrega de documentação por via digital.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1 A Comissão de Seleção verificará se a proposta atende aos elementos mínimos previstos no Anexo II deste Edital e realizará a classificação conforme os critérios estabelecidos abaixo:

Critérios de Classificação	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por item
a) Tempo de credenciamento, recredenciamento ou em recredenciamento junto à SEEDF.	1) Credenciada (1,0 ponto). 2) Em Recredenciamento (1,5 pontos). 3) Recredenciada (2,0 pontos).	2,0
b) Atendimento na Educação Infantil - Creche.	1) Atendimento a crianças de Educação Infantil de 4 meses a 5 anos, no ano letivo anterior à Chamada Pública, comprovado por declaração (Anexo XVI). (1,0 ponto). 2) Atendimento apenas a crianças de creche (4 meses a 3 anos), no ano letivo anterior à Chamada Pública, comprovado por declaração (Anexo XVI). (2,0 pontos).	2,0

8.2 A pontuação dos itens 1, 2 e 3 da alínea "a" não será cumulativa.

8.3 A pontuação dos itens 1, 2 da alínea "b" não será cumulativa.

8.4 A pontuação será contabilizada por soma simples, não havendo distinção de pesos entre os critérios das alíneas "a" e "b".

8.5 Serão desclassificadas as propostas que não obtiverem pontuação nas alíneas "a" e "b" do Item 8.1.

8.6 No caso de empate, será considerado o maior tempo de credenciamento como critério de desempate.

8.7 Persistindo o empate, será utilizado como critério de desempate o tempo na oferta de Educação Infantil, nos termos da alínea "b" dos critérios de classificação, sendo: 2 (dois) pontos para atendimento apenas a crianças de creche 4 (quatro) meses a 3 (três) anos e 1 (um) ponto para atendimento a crianças de Educação Infantil de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos.

8.8 A falsidade de informações nas propostas acarreta desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

9. COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1 A Comissão de Seleção do Chamamento Público será formada por 20 (vinte) membros, sendo 10 (dez) titulares e 10 (dez) suplentes das Subsecretarias: de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação/ou equivalente, de Educação Básica/ou equivalente, de Administração Geral/ou equivalente e do Gabinete, sob a presidência da primeira, designados por ato publicado no DODF, sendo pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública.

9.2 O membro da Comissão de Seleção se declarará impedido de participar do processo quando:

- tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público; ou
- sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, entendido como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

9.3 O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

9.4 Para subsidiar os trabalhos, a Comissão Permanente de Seleção de Chamamento Público poderá solicitar assessoramento técnico de especialista integrante dos quadros da Administração Pública ou terceiro contratado na forma das Leis nº 8.666, de 1993, e nº 14.133, de 2021.

9.5 A Comissão Permanente de Seleção de Chamamento Público poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.

PARTE III - FASE DE HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

10. ETAPAS

A fase de habilitação e celebração da parceria observará as seguintes etapas:

10.1 Convocação das OSCs classificadas para apresentarem a documentação de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias, conforme constante no Cronograma do Edital (Anexo V).

10.1.1 Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou quando as certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a documentação em até 5 (cinco) dias, sob pena de inabilitação, conforme parágrafo 3º, do artigo 18 do Decreto nº 37.843, de 2016.

10.2 Divulgação do resultado provisório de habilitação, se houver decisão por inabilitação.

10.3 Fase recursal quanto ao resultado provisório de habilitação, se houver decisão por inabilitação no prazo de 5 (cinco) dias, conforme constante no Cronograma do Edital (Anexo V).

10.4 Divulgação do julgamento dos recursos e do resultado definitivo de habilitação.

10.5 Homologação do resultado final da seleção.

10.6 Indicação de dotação orçamentária.

10.7 Convocação das OSCs selecionadas para apresentar Proposta de Enturmação (Anexo XIV), Plano de Trabalho (Anexo XIII) e Planta Baixa Cotada da unidade educacional, no prazo de 5 (cinco) dias, observadas as orientações fornecidas pela administração pública quanto à estrutura e ao conteúdo do documento, nos termos do Anexo XIII.

10.8 Análise e aprovação do Plano de Trabalho, com possibilidade de realização de ajustes.

10.9 Emissão de Parecer Técnico.

10.10 Designação da comissão gestora e da comissão de monitoramento e avaliação.

10.11 Emissão de Parecer Jurídico.

10.12 Assinatura do Instrumento de Parceria.

11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A documentação deve ser entregue em dois formatos: Documentação física - cópia legível e Documentação digitalizada - por meio de dispositivo portátil de armazenamento (PEN DRIVE), junto ao conteúdo do envelope.

11.2 Os arquivos digitalizados devem ser distintos entre si, preferencialmente em formato OCR - OpticalCharacterRecognition, com tamanho máximo de 20 MB cada arquivo, nomeados conforme item 7.1.6 deste Edital.

11.3 Para habilitação, a OSC deverá apresentar os seguintes documentos nos prazos estabelecidos no Anexo V:

11.3.1 Cópia do estatuto registrado e suas alterações (cópia autenticada).

11.3.1.1 Na avaliação do estatuto, será verificado se há disposições que prevejam:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, salvo nos casos de organizações religiosas e sociedades cooperativas;

II - no caso de dissolução, a transferência do respectivo patrimônio líquido a outra pessoa jurídica de igual natureza, salvo nos casos de organizações religiosas e sociedades cooperativas ou de celebração de acordo de cooperação; e

III - escrituração de acordo com os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade, salvo nos casos de celebração de acordo de cooperação.

11.4 Comprovante de que possui, no mínimo, dois anos de cadastro ativo no CNPJ, emitido do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, ressalvada a possibilidade de essa exigência ser reduzida, mediante autorização específica do administrador público, na hipótese de nenhuma organização atingir o mínimo.

11.5 Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

11.6 Certidão negativa quanto à dívida ativa do Distrito Federal.

11.7 Certificado de Regularidade do CRF/FGTS.

11.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.9 Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual ou documento equivalente (cópia autenticada).

11.10 Relação nominal atualizada dos dirigentes, com endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e CPF.

11.11 Declaração do representante legal informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Nacional nº 13.019, de 2014; no artigo 8º do Decreto Distrital nº 32.751, de 2011, nem se enquadram na seguinte situação: existência de administrador, dirigente ou associado da OSC com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de agente público (com firma reconhecida):

I - com cargo em comissão ou função de confiança lotado na unidade responsável pela realização da seleção promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública distrital; ou

II - cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção.

11.12 Comprovação de que a organização funciona no endereço declarado (cópia autenticada).

11.13 Documentos que comprovem experiência com atividade idêntica ou similar ao objeto da parceria, que capacita a organização para a celebração da parceria desde que demonstrado que atua na oferta de Educação Infantil: creche e pré-escola, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

I - instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras OSCs;

II - relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

III - publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

IV - currículos profissionais da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

V - declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, membros do Poder Judiciário, Defensoria Pública ou Ministério Público, instituições de ensino, redes, OSCs, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou VI - prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização.

11.14 Declaração do representante legal da organização sobre as instalações e condições materiais, inclusive quanto à salubridade e segurança, ou informe de que apresentará essa declaração até 60 (sessenta) dias após a celebração da parceria (firma reconhecida).

11.15 Prova da propriedade ou posse legítima do imóvel cujas instalações serão necessárias à execução da parceria, como escritura, matrícula do imóvel, contrato de locação, comodato, outorga ou outro tipo de relação jurídica regular, ou informe de que apresentará esse documento até 60 (sessenta) dias após a celebração da parceria.

11.16 Apresentação de Portaria que comprove o credenciamento, reconhecimento ou o número do processo de reconhecimento da instituição educacional mantida pela OSC.

12. IMPEDIMENTOS E INABILITAÇÃO

12.1 A Administração Pública consultará o Sistema Integral de Gestão Governamental - SIGGO e o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM para verificar se há ocorrência impeditiva em relação à OSC selecionada.

12.2 Caso se verifique irregularidade formal nos documentos ou quando as certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização será notificada para regularizar a documentação em até 5 (cinco) dias, sob pena de inabilitação.

12.3 Em caso de omissão ou não atendimento a requisito, haverá decisão de inabilitação e será convocada a próxima organização, em ordem decrescente de classificação.

PARTE IV - RECURSOS, VALIDADE E DISPOSIÇÕES FINAIS

13. RECURSOS

13.1 As OSCs poderão interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação no sítio eletrônico oficial dos seguintes atos:

I - antes da homologação do resultado definitivo da seleção:

a) resultado provisório da classificação das propostas.

b) resultado provisório da habilitação.

II - depois da homologação do resultado definitivo da seleção:

a) decisão pela reprovação de Plano de Trabalho; ou

b) decisão pela inviabilidade técnica ou jurídica de celebração da parceria, fundamentada no Parecer Técnico ou no Parecer Jurídico que precederem a assinatura do instrumento.

13.2 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do colegiado que proferiu a decisão, o qual poderá reconsiderar essa decisão no prazo de 5 (cinco) dias ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devendo a decisão final ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias.

13.3 O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo em casos excepcionais, mediante decisão motivada do administrador público.

13.4 O recurso deverá ser entregue na Gerência de Gestão Processual e de Arquivo - GEPA no Térreo do Edifício Phenícia, situado no SBN 02, Bloco C, lote 17, das 9h às 12h e 13h às 17h, impreterivelmente, e será enviado à Comissão Permanente de Seleção do Chamamento Público - CPSCP, via SEI - GDF, conforme data constante no Cronograma do Edital (Anexo V), a ser encaminhado ao Secretário-Executivo da SEEDF, o qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devendo a decisão final ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias.

14. PRAZO DE VALIDADE DO RESULTADO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

14.1 Este Edital tem caráter permanente até 60 (sessenta) meses, para fluxo contínuo de celebração de parcerias com as OSC selecionadas, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o interesse, conveniência e oportunidade da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

14.2 O Termo de Colaboração advindo do Edital em epígrafe terá o prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o interesse, conveniência e oportunidade da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A Administração Pública poderá alterar, revogar ou anular o presente Edital, sem que caiba aos participantes direito a reembolso, indenização ou compensação.

15.2 O extrato do Edital será publicado no DODF e nos jornais de grande circulação e o inteiro teor disponibilizado em sítio eletrônico oficial.

15.3 O Edital e seus anexos serão publicados no sítio eletrônico oficial da SEEDF por, ao menos, 60 (sessenta) meses e, se prorrogado pela administração pública, enquanto durar a validade do instrumento.

15.4 Os resultados de classificação e habilitação, prazos dilatados, serão publicados no sítio eletrônico oficial da SEEDF.

15.5 A homologação do resultado final da seleção não gera direito à celebração da parceria, mas obriga a Administração Pública a respeitar o resultado definitivo caso celebre a parceria.

15.6 A documentação das organizações não selecionadas poderá ser retirada na GEPA no Térreo do Edifício Phenícia, situado no SBN 02, Bloco C, lote 17, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do resultado final da seleção, sendo permitido o descarte do material após esse prazo.

15.7 A celebração do Termo de Colaboração deve ocorrer durante a vigência do certame.

15.8 Será facultado à Comissão Permanente de Seleção e Chamamento Público promover, dentro do prazo previsto neste Edital, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada OSC, bem como solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da comissão.

15.9 Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da OSC poderá ensejar a revisão das condições estipuladas a critério da SEEDF, por meio de Termo Aditivo, e em caso de inviabilidade operacional, a rescisão do instrumento proveniente deste Edital.

15.10 Constituem motivos para a rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no respectivo instrumento de parceria, bem como na previsão da Lei nº 13.019, de 2014, e suas alterações; na Lei nº 13.204, de 2015; no Decreto nº 37.843, de 2016, e na Portaria nº 168, de 2019 - SEEDF.

15.11 Os Termos de Colaboração a serem assinados serão publicados, por extrato, no DODF e no sítio eletrônico oficial da SEEDF, às expensas da SEEDF.

15.12 A OSC que firmar parceria com esta SEEDF fica obrigada a apresentar as Prestações de Contas, nos termos da legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 13.019, de 2014, suas alterações; na Lei nº 13.204, de 2015; no Decreto nº 37.843, de 2016, e na Portaria SEEDF nº 168, de 2019, sujeitando-se, ainda, se constatada irregularidade ou inadimplência, a suspensão da liberação e/ou devolução de recursos.

15.13 No caso de recusa ou desistência injustificada por parte da OSC ou nos casos de impedimento legal, será convocada a próxima OSC habilitada, respeitada a ordem de classificação, não ficando a SEEDF responsável por quaisquer ônus ou obrigações porventura ensejadoras de restituições e perdas e danos decorrentes da desistência, recusa ou impedimento.

15.14 A cada habilitação será disponibilizado, no sítio eletrônico oficial da SEEDF, o resultado das OSCs classificadas no Chamamento Público.

15.15 Na hipótese de o dirigente ter sido condenado na esfera cível, apresentar certidão de inteiro teor para que o setor competente da SEEDF possa analisar se existe algum comprometimento de idoneidade do dirigente para participar do presente certame.

15.16 As OSCs habilitadas serão convocadas de acordo com a necessidade da SEEDF.

15.17 Nos casos de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste certame na data marcada, ficará ele automaticamente remarcado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da Comissão de Seleção com designação de outra data.

15.18 As OSCs declaradas habilitadas por meio do presente Edital de Chamamento Público deverão manter todas as condições de habilitação vigentes e atualizadas no momento em que forem convocadas para firmar o Termo de Colaboração, bem como durante todo o período de sua execução.

15.19 Dúvidas e situações problemáticas em relação às quais este Edital seja omissor serão solucionadas pelo administrador público ou, se ocorridas na fase de seleção, pela Comissão de Seleção.

15.20 Os casos omissos e excepcionais serão analisados e decididos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

15.21 Para a celebração do Termo de Colaboração, a Instituição deverá abrir uma conta bancária específica, obrigatoriamente, no Banco de Brasília S/A, para recebimento e movimentação dos recursos.

15.22 Nos casos em que não for possível solução administrativa em negociação de que participe o órgão de assessoramento jurídico da Administração Pública, fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos decorrentes da parceria.

15.23 Informações e esclarecimentos podem ser solicitados pelo e-mail: cpsep@edu.se.df.gov.br.

15.24 Qualquer pessoa poderá apresentar impugnação a este Edital, que será decidida pela Comissão de Seleção, com possibilidade de recurso ao administrador público.

15.25 Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031/2012).

15.26 Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos, disponíveis no sítio eletrônico <https://www.educacao.df.gov.br/> da SEEDF:

Anexo I - Ficha de Inscrição.

Anexo II - Proposta do Plano de Trabalho.

Anexo III - Critérios de Classificação.

Anexo IV - Termo de Colaboração.

Anexo V - Cronograma do Edital de Chamamento Público XX/2022.

Anexo VI - Manual de Orientação de Execução Administrativo- Financeiro.

Anexo VII - Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para as Instituições Educacionais Parceiras que ofertam Educação Infantil.

Anexo VIII - Currículo em Movimento do Distrito Federal – Educação Infantil (SEEDF/2018).

Anexo IX - Estratégia de Matrícula.

Anexo X - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, Portaria nº 172, de 21 maio de 2019.

Anexo XI - Manual de Procedimentos para Atendimento à Educação Infantil - Creche.

Anexo XII - Relatório mensal de frequência.

Anexo XIII - Plano de Trabalho.

Anexo XIV - Proposta de Enturmação.

Anexo XV - Declaração de não ocorrência de Impedimentos Legais dos Dirigentes da Organização da Sociedade Civil - OSC.

Anexo XVI - Declaração de Atendimento na Educação Infantil.

HÉLVIA MIRIDAN PARANAGUÁ FRAGA

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E FINANÇAS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

PROCESSO SEI Nº 00054-00006759/2021-40 – PARTES: DF/PMDF x CHEVROMAIS – COMÉRCIO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E LUBRIFICANTES LTDA. OBJETO: Rescisão amigável do Contrato n. 17/2022, celebrado para aquisição de 86 (oitenta e seis) pneus automotivos para motocicleta marca TECHNIC SPORT, modelo 150/70-17, referente ao item 35, fabricante TECHNIC SPORT, acompanhado com a respectiva câmara de ar (kit), construção diagonal (convencional), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 150/70-17, índice de velocidade no mínimo V, índice de carga no mínimo 69, posição relativa traseiro, para aplicação em motocicleta Triumph/Tiger 800 XC, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência (doc. SEI n. 62052421), no Edital de Pregão Eletrônico nº 25/2021-DLF/PMDF (doc. SEI nº 73665490), na Ata de Registro de Preços nº 40/2021 – DLF/PMDF (doc. SEI nº 78628149), na Solicitação de Compras (doc. SEI nº 87165009) e na Proposta (doc. SEI nº 76031908), com fulcro no art. 79, inciso II, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993, na Ata de Reunião (doc. SEI nº 91772281), no Parecer Técnico 1623 (doc. SEI nº 91418714) e no Despacho do Chefe do DLF (doc. SEI nº 92533382), rescindindo-se de pleno direito em 16/08/2022. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA, Chefe do Departamento de Logística e Finanças. Pela Contratada: KAUE MUNIZ DO AMARAL, na qualidade de Sócio administrador.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2022

PROCESSO SEI nº 00054-00078175/2021-76. PARTES: DF/PMDF x DANIEL DORIS ENGENHARIA LTDA. OBJETO: A alteração contratual com vistas ao acréscimo qualitativo de 2,3571428% (dois vírgula três, cinco, sete, um, quatro, dois, oito por cento) no objeto do contrato, no valor de R\$ 1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais), correspondentes a 03 (três) Ensaios de percolação do solo – NBR 13969, passando o contrato a ter valor total de R\$ 71.650,00 (setenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais), com base no Parecer Técnico n. 1620/2022-PMDF/DLF/ATJ (Doc. SEI nº 91139776) e no Despacho do Chefe do DLF (Doc. SEI nº 91165005). NOTA DE EMPENHO: 2022NE79, de 25/1/2022. FONTE DE RECURSO: 0100000000. Unidade Gestora Emitente: 170393. PTRES: 89306. NATUREZA DA DESPESA: 44.90.51. ASSINATURA: 17/08/2022. VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura. SIGNATÁRIOS pelo Distrito Federal: BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA, Chefe do Departamento de Logística e Finanças. Pela Contratada: DANIEL DORIS, na qualidade de Sócio proprietário.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00008039/2022-08, Interessado: Hospital Prontonorte S/A, CNPJ nº 00.511.816/0001-80. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 5.670,34 (cinco mil seiscentos e setenta reais e trinta e quatro centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2019, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 – TCDF. Brasília/DF, 16 de agosto de 2022. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA. Chefe do DSAP.

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Referência: Processo Administrativo 00054-00054116/2021-11, Interessado: Hospital Prontonorte S/A, CNPJ nº 00.511.816/0001-80. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. Com base no Decreto Distrital nº 39.014, de 26 de abril de 2018 e, à vista das informações contidas no presente processo administrativo, após apurado o direito adquirido pelo credor, em razão da disponibilidade orçamentária para a quitação da despesa no ano corrente, RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor de R\$ 782,62 (setecentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), referente a prestação de serviços médicos para atender os beneficiários da PMDF no ano de 2018, em atendimento à Lei 4.320/64 e à Decisão nº 2507/2019 – TCDF. Brasília/DF, 16 de agosto de 2022. JORGE MARCOS XAVIER DA SILVA. Chefe do DSAP.

SEGUNDO TERMO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 – DSAP/PMDF

O Chefe do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal – DSAP/PMDF, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 31 do Decreto Federal nº 10.443/2020, c/c a Lei federal nº 6450/1977, tendo em vista a publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2017, constante no processo Nº 054.001.577/2016, resolve: